

Comportamento Eleitoral no Estado de São Paulo e os Preditores do Voto

Paulista*

Juliana Moura Bueno**

Mesa

Comportamiento electoral en America Latina

Resumo: A produção acadêmica da Universidade de São Paulo sobre o comportamento eleitoral no estado de São Paulo entre meados das décadas de 1950 e 1960 identificou a clivagem “rural *versus* urbano” como uma importante variável explicativa do voto paulista. As primeiras análises ressaltaram a importância do processo de urbanização e ainda levantaram novas questões, como a influência de fatores carismáticos na decisão do voto, e o populismo. A contribuição para a área do comportamento eleitoral se dá na tentativa de compreensão de certas questões por meio da releitura de obras que abordaram o comportamento eleitoral no Estado de São Paulo, desde sua produção inicial, até sua última produção relevante, que data 1994.

Palavras-Chave: *Comportamento Eleitoral, Eleições, Governo do Estado, Estado de São Paulo, Urbanização, Sociologia Política, USP.*

Abstract: The academic production of the University of Sao Paulo on electoral behavior about the state of São Paulo in the mid-1950s-60s has identified the cleavage "rural *versus* urban" as an important explanatory variable of the voters' behavior in the state. The first assessments on the matter highlighted the relevance of the process of urbanization and also brought up new questions, identified issues that were just arising. Examples are the existence of a charismatic factor influencing the voter's decision and also, the issue of populism. This paper is thus an attempt to contribute to the subfield of Electoral Behavior, once trying to better comprehend the most relevant studies - from the early ones, until the last relevant study, dated 1994 - that focused on the understanding of electoral behavior in São Paulo.

Key Words: *Electoral Behavior, Elections, State Govern, São Paulo State, the process of urbanization, Political Sociology, University of São Paulo*

*Trabalho preparado para apresentação no VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciências Política (ALACIP), Bogotá, 25 ao 27 de setembro de 2013.

**Juliana Moura Bueno é aluna de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Introdução

Este artigo é resultado da familiarização com a produção acadêmica na área do comportamento eleitoral e, mais especificamente, com os estudos que abordaram o comportamento eleitoral no Estado de São Paulo produzidos na Universidade de São Paulo.

A ocorrência de estudos que abordam o comportamento eleitoral no município de São Paulo nas eleições para o executivo e legislativo é grande (SIMÃO 1956, LAMOUNIER 1975, 1980, 1986; PIERUCCI 1993; LIMONGI *et alli* 2002, CARREIRÃO E BARBETTA 2004). Com relação aos estudos sobre o Estado de São Paulo, a situação é um pouco diferente, pois a quantidade de trabalhos com este tema é bem menor (FERREIRA 1960 e 1964; WEFFORT, 1965, CARDOSO 1975; GUILHON *et alli* 1995). A existência de poucos trabalhos conhecidos sobre esse assunto revela também a necessidade de aprofundamento da investigação sobre produções secundárias.

Nos primeiros trabalhos que abordaram o comportamento eleitoral paulista, a principal variável de análise foi a clivagem “rural *versus* urbano” (SIMÃO, 1954, FERREIRA, 1960 e 1964; WEFFORT, 1965). Como até 1970 a população rural era maior do que a população urbana, é possível que essa estrutura tenha influenciado o comportamento eleitoral, como sugerido pela bibliografia. Segundo Seymour Lipset (1967), o grau de urbanização influenciaria no comportamento eleitoral, pois, quanto mais rural, mais isolado estaria o eleitor e esse isolamento produziria mais medo da mudança.

As obras de comportamento eleitoral que sucedem a onda de estudos uspianos sob o guarda-chuva da Sociologia Política são poucas e relatam a diminuição da importância da clivagem “rural *versus* urbano” na compreensão do comportamento eleitoral em São Paulo. Cardoso (1975). Tendo isso em mente, este artigo buscará responder algumas questões: Houve ou não avanço do uso da clivagem “rural *versus* urbano” como importante variável explicativa do comportamento eleitoral em São Paulo? Surgiram novas variáveis explicativas? Se surgiram, quais são elas? São esses alguns pontos que serão problematizados com a revisão das obras sobre comportamento eleitoral no Estado de São Paulo de 1954 a 1994.

As primeiras eleições democráticas em São Paulo

Antes de iniciarmos com a análise dos primeiros trabalhos sobre comportamento eleitoral em São Paulo, consideramos importante resgatar obras que poderiam nos fornecer um retrato, ainda que não totalmente completo, do contexto da política paulista. Os episódios relatados a seguir buscam situar o leitor sobre o surgimento de figuras políticas proeminentes e de partidos em São Paulo, que consideramos serem importantes para a compreensão dos primeiros trabalhos sobre comportamento eleitoral desenvolvidos na Universidade de São Paulo, sob a égide da Sociologia Política.

No início da década de 1930, São Paulo passou por um processo revolucionário que buscava a independência do estado em relação à nação. As tropas nacionais derrotaram os paulistas, o que os manteve ainda ligados à estrutura federativa da nação, comandada por Getúlio Vargas, mesmo que a contragosto da aristocracia local.

Sob a égide de uma nova constituição, estabeleceram-se eleições diretas para todos os cargos executivos - Presidente, Vice-Presidente, Governador e Prefeito - bem como para os cargos legislativos. As primeiras eleições diretas para governador do estado de São Paulo após o fim do Estado Novo [1] são datadas de 1947. Isso não

significa, contudo, que a história progressiva da política no estado de São Paulo tenha sido superada. Muito pelo contrário. As figuras mais proeminentes da política estadual do período 1930-1945 tiveram grande participação na recém-inaugurada República de 1945.

Durante os “Tempos Tumultuários” [2], como o historiador Alceu Maynard Araújo denominou o período de 24 de outubro de 1930 a 14 de março de 1947, vinte e um homens ocuparam o posto mais alto da política estadual. Esses homens eram, em sua maioria, paulistas, militares ou juristas, maçons, de boa condição sócio-econômica e bem relacionados com Getúlio Vargas. Foi um período dominado pelo continuísmo – entendido em sua concepção administrativa - e pelo nepotismo.

Contudo, não foram os eleitores paulistas que os elegeram. Todos aqueles que ocuparam o cargo mais alto do executivo estadual nesse interim ou foram eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa ou foram indicados por Vargas. A direção estadual passou por diversas fases, mas em todas elas “se fez sentir a predominância de interesses conservadores e de antirrevolução” (MAYNARD, 1960, p. 2) bem como as tensões intra-elites - que tinham horror ao varguismo – na disputa pelo controle político do estado.

Nas primeiras eleições para governador pós-Estado Novo, em 1947, o recém-fundado Partido Social Progressista (PSP) com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou como candidato para concorrer ao cargo de governador do Estado de São Paulo o médico Adhemar de Barros. Com 35,3% [3] dos votos, Adhemar venceu o pleito derrotando Hugo Borghi, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), Mário Tavares, pela chapa do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Republicano (PR) e Antônio de Almeida Prado, da União Democrática Nacional (UDN), tornando-se o primeiro governador de São Paulo do novo período democrático, e governou até 1950.

Nas eleições seguintes, de 1950, “comemorou como mérito próprio a eleição de seu sucessor, o professor Lucas Nogueira Garcez, que fora seu secretário de Obras, além da eleição de 45,5% dos prefeitos do interior pelo PSP” (COTTA, 2008, p. 21). Garcez, por sua vez, foi constante alvo da tentativa de ingerência de Adhemar de Barros nos assuntos do governo estadual. Com tal desgaste, rixas internas no partido acabaram enfraquecendo a liderança de Adhemar no PSP. A derrota de Adhemar de Barros em 1954 para seu principal opositor, Jânio Quadros, poderia ser indicativo da ausência de articulação interna do PSP, com vistas a fazer a máquina estadual do partido trabalhar em favor de seu candidato.

Na liderança do PSP, Adhemar nunca escondeu sua cobiça pelo posto de Presidente da República. Não conseguiu fazer do PSP um partido de projeção nacional, mas certamente o fez um dos maiores partidos de São Paulo, que superou, em episódios eleitorais em âmbito estadual, os três maiores partidos nacionais - a UDN, o PSD e PTB [4].

O Pioneirismo de Azis Simão

A primeira análise das eleições em São Paulo sob a ótica do comportamento eleitoral foi feita por Azis Simão. O tema do trabalho de Aziz Simão, publicado em 1956, foi a discussão do voto operário na capital e as questões de consciência de classe nas eleições de 1947, 1949 e 1950. Seu trabalho serviu de referência àqueles que seguiram a linha da Sociologia Política nos estudos de Comportamento Eleitoral na própria universidade, como Oliveiros Ferreira e Francisco Weffort.

Como era na capital do estado onde estava a maior concentração do eleitorado paulista e operário, o autor tentou criar uma tipologia do voto operário na cidade de São Paulo que levava em conta a alta concentração de operários em certos distritos da capital. A classe social que se inclinara a votar majoritariamente no PCB e no PTB tinha dois tipos de comportamento eleitoral. O primeiro deles é comportamento relatado pelo autor como tendo como base o julgamento a respeito de um candidato ou partido, e que é característico dos seguidores de um partido ou chefe. E o outro, peculiar aos eleitores indiferentes à ação partidária nos seus ambientes de trabalho, relaciona-se ao comportamento daqueles que não estavam organizados em classe ou não tiveram a proximidade da experiência de classe. O autor verificou ser mais comum nesse grupo a existência de um voto que se baseava na simpatia por um candidato ou partido.

Simão também identificou as distinções dos grupos sociais nos quais esses dois tipos de comportamento mais apareceram, bem como suas atitudes com referência às escolhas para o Executivo e o Legislativo. Com relação ao Executivo, em 1945 e 1947, o eleitorado operário votou nos candidatos indicados pelos chefes do PCB e do PTB, e em 1950, já com o PCB na ilegalidade [5], votou no PTB e em seus aliados. Para o Legislativo, em 1945, o operariado oscilou entre o PCB e o PTB, padrão que se manteve em 1947 mesmo com certo aumento nos votos do Partido Social Progressista (PSP) [6]. Em 1950, o PTB explicou e recomendou aos seus eleitores a necessidade de votar ‘na chapa completa’ (SIMÃO, 1956, p. 138).

Ao examinar os elementos empíricos, Simão propôs algumas conclusões parciais sobre fatores que poderiam ter interferido no comportamento eleitoral dos operários nas eleições em 1945, 1947 e 1950. A primeira delas é que a extinção do PCB teria ajudado a desorganizar o voto da classe trabalhadora. Em um segundo momento, dirigiu-se à questão da clivagem “rural *versus* urbano” para constatar que essa variável, com a intensificação do processo de urbanização, era cada vez menos explicativa do comportamento eleitoral.

O autor deixou de lado os tipos puros “rurais” e urbanos” e propôs a existência de um “*continuum* rural-urbano”; exemplo dessa nova formação são os bairros suburbanos da cidade de São Paulo que passaram a ter algumas características de urbanidade. A existência de uma duplicidade da estrutura, ou seja, a impossibilidade de encontrar comportamentos puramente “rurais” ou “urbanos” deveria ser levada em conta na análise do comportamento eleitoral na cidade de São Paulo (SIMÃO, 1956).

O processo de urbanização e o surgimento de elementos carismáticos: as eleições em São Paulo sob o ponto de vista de Oliveiros Ferreira

Em ‘Comportamento Eleitoral em São Paulo’ (1960), Oliveiros Ferreira estudou o comportamento político do eleitorado paulista nas eleições para Governador, Senadores e Deputados Federais realizadas em 1954 e 1958. Na introdução, o autor discutiu a compreensão do comportamento político pelo campo da Sociologia Política e a relevância da estrutura social e de classes na compreensão do comportamento eleitoral. Contudo, segundo o autor, era preciso discutir também a existência de elementos de outra ordem, como fatores psicológicos, na abordagem das pesquisas de campo sobre comportamento político.

Para o estudo das eleições paulistas de 1954 e 1958, seria ao menos necessário considerar outros componentes de influência na escolha dos candidatos feita pelo eleitor. Tais componentes estariam relacionados com duas categorias: o irracional, que

também pode ser entendido como formas sociais ainda não cristalizadas ou a superação de elementos racionais no processo de decisão do eleitor (FERREIRA, 1960). Outro elemento de importância é o poder, compreendido a partir de uma referência constante no texto de Ferreira que é a de ‘máquina eleitoral’.

Uma possível forma de compreensão sobre a superação das estruturas racionais sugerida pelo autor refere-se à vitória de um candidato para a prefeitura de São Paulo na eleição de 1954 que poderia estar relacionada a elementos carismáticos (idem). Ao fazer referência ao surgimento de tais elementos que superariam a racionalidade na decisão do voto propôs que compreensão dos resultados dos pleitos em análise deveria ser feita com o uso deste instrumental.

Levando em conta a contribuição de Simão (1956), Oliveiros Ferreira teve o cuidado de sempre colocar as categorias “rural” e “urbano” entre aspas. Durante o trabalho, o autor recorrentemente fez notas após o emprego dessas categorias para lembrar o leitor que elas não deveriam ser entendidas em sua forma pura [7]. Segundo o autor, nas eleições para governador em 1954, o candidato Jânio Quadros representou a tendência do eleitorado da área industrializada e a votação de Adhemar de Barros melhorou conforme diminuía os índices de industrialização.

Mas há algumas ressalvas quanto ao recrutamento de votos. De um modo mais geral, os candidatos como Adhemar que recrutaram a maior parte dos seus votos nas áreas rurais também obtiveram expressivas votações nas áreas industrializadas [8]. Isso é mais um elemento que corrobora a tese do autor de que não era mais possível compreender o comportamento eleitoral do cidadão paulista apenas considerando a clivagem “rural *versus* urbano”.

Ferreira fez considerações sobre os partidos nesse contexto, mas não entrou no debate sobre a forma de classificá-los, se seriam “rurais” ou “urbanos”. As justificativas do autor para não usar classificações dos partidos que envolvam delimitar quais interesses eles representavam se relacionam ao fato de que Ferreira deu mais importância à compreensão de que tipo de *mentalidade* eles poderiam representar. Justamente porque, para o autor, seriam os elementos de natureza não racional, como a relação carismática que os candidatos estabeleceram com o eleitorado, que decidiram as eleições paulistas de 1954 e não a penetração dos partidos em diferentes áreas. O autor, contudo, nunca negou a relevância da própria variável urbanização no comportamento eleitoral, e, apesar de não dar centralidade a ela, não a deixou de lado.

Naquele momento, Ferreira não se aprofundou nas questões do surgimento de uma relação carismática entre eleitorado e candidato, e mais especificamente entre Jânio e o eleitorado paulista. Contudo, forneceu indicações sobre o que poderia explicar essa vitória. Algumas suposições foram feitas por Ferreira, principalmente sobre a afinidade dos partidos que formaram a coligação pela qual Jânio se lançou candidato (PTN e PDC) com as classes médias. São contribuições que permitem suspeitar que houvesse no “janismo” o nascimento de um movimento de classes médias, rurais e urbanas - mas principalmente urbanas. [9]

Sobre o pleito de 1958 para Governador, há algumas novidades. Segundo Ferreira, houve uma diminuição das forças das máquinas partidárias, verificada pelo aumento da participação de pequenos partidos na cena política. O autor também fez menção a herança que Jânio Quadro deixara ao seu sucessor Carvalho Pinto, que pareceu ter conseguido passar a mensagem ao eleitorado de que ele carregava consigo os mesmos valores de seu padrinho, ou seja, que levaria a frente as promessas do “janismo”.

Algumas mudanças relacionadas ao avanço da urbanização também apareceram no pleito de 1958, segundo a análise de Oliveiros Ferreira. Todos os candidatos passaram a recrutar mais de 50% dos seus eleitores na área mais industrializada, e assim, o comportamento eleitoral que antes tinha uma distinção quase espacial, na clivagem “rural *versus* urbano” precisaria ser compreendido de outra maneira. De certa forma, Ferreira anunciava a insuficiência dos critérios de industrialização e urbanização como preditores do voto paulista.

Apesar da relevância do estudo de 1960 de Oliveiros Ferreira, é em “A Crise de Poder do ‘Sistema’ e as Eleições Paulistas de 1962” (1964) que o autor fez considerações que relacionaram a análise das eleições de 1954 e 1958 (FERREIRA, 1960) à conjuntura política da época. Em 1964, Ferreira imprimiu um tom muito mais político para sua escrita, e passou a abordar questões políticas relativas à década de 1950 que foram deixadas de segundo plano na obra de 1960. Quando se fala da abordagem de questões relativas à década de 1950, é necessário dirigir especial atenção ao “janismo”, fenômeno que é mencionado no trabalho publicado em 1960, mas ao qual o autor não dirigiu atenção especial.

O “janismo”, segundo o autor, poderia representar os anseios reformismo social paulista porque levavam em conta as necessidades de mudança nas estruturas sociais aliadas à continuidade de processo de urbanização. Segundo o autor, aqueles que aderiram a esse movimento (ressalte-se, grande parte da classe média) esboçavam sua vontade em romper com estruturas de dominação das elites, em prol de reformas na administração pública e na varredura da corrupção (FERREIRA, 1964, p. 182).

Segundo Oliveiros Ferreira, a vitória de Adhemar de Barros na eleição para o Executivo estadual em 1962 era um resultado tipo pelos analistas como impossível (FERREIRA, 1964, p. 180). Primeiramente porque as últimas tendências indicavam a tendência de permanência de uma ordem “reformista” que teria prosseguimento com Jânio, representando em pessoa o “janismo” no pleito de 1962. E, em segundo lugar, porque Adhemar de Barros tinha perdido as eleições para o cargo, ao concorrer nas duas eleições anteriores (em 1954 e 1958).

Desde 1954, a tendência observada pelo autor no eleitorado paulista era que ele dava preferência a candidatos que personificassem solução de alteração do *status quo* econômico-social e que tivessem propostas de organizar o aparato administrativo conforme o slogan “mais administração e menos política” (FERREIRA, 1964, p. 183). Mas essa tendência encontrou, segundo o autor, algumas barreiras, já que o “janismo” não foi capaz de se identificar com a mentalidade do eleitorado nas áreas rural e urbana quando Jânio Quadros, não esteve o representando [10].

Em 1962, Adhemar conseguiu em parte pelos ventos a seu favor, em parte pela inabilidade dos outros candidatos, ampliar sua penetração naquelas camadas antes ligadas ao projeto de ordem do “janismo” - que anteriormente não vislumbravam em Adhemar um candidato que poderia garantir-lhes a ordem e a tranquilidade. Apesar de não ser contra o sistema, segundo Ferreira, Adhemar adquirira circunstancialmente esse papel, fazendo-se representante das classes médias temerárias com a crise, em busca da manutenção da ordem e da hierarquia salarial ainda que defendendo a necessidade de reformas.

As duas publicações aqui apresentadas (FERREIRA, 1960 e 1964), podem ser entendidas como complementares. O trabalho de Oliveiros Ferreira publicado em 1964 é um desdobramento da obra de 1960 e por isso mesmo foram abordadas conjuntamente nesta revisão. Ao mesmo tempo em que o autor analisou os pleitos que ocorreram no Estado de São Paulo em 1954, 1958 e 1962, delineou o panorama da conjuntura política

paulista. Segundo ele, apesar da insuficiência da clivagem “rural *versus* urbano” como preditor do voto paulista, propondo-se que estas categorias estariam engendradas em mentalidades e não na estrutura social, reconheceu, ao mesmo tempo, que o processo de urbanização era fundamental para a compreensão de como os partidos dividiam o eleitorado.

Weffort e o Populismo Paulista

Em “Raízes Sociais do Populismo em São Paulo” (1965), Francisco Weffort fez uma abordagem das eleições estaduais que se focou na interpretação do conteúdo social e político das manifestações do “janismo” e do “adhemarismo” nas eleições a Governador em 1962. Para tal, aplicou questionários em bairros da capital paulistana nos quais os dois candidatos, Jânio Quadros e Adhemar de Barros, somaram votação nunca inferior a 70% dos votos.

A inclusão deste trabalho nesta síntese bibliográfica se dá pelo fato de que, como o próprio autor argumenta na introdução do texto, como pano de fundo, há uma tentativa de contribuir para a compreensão mais geral desse fenômeno: “embora se atendo a um objeto muito circunscrito [a relação líder-povo] deve, pelo menos *in abstractu*, superar estes limites e se propor como explicação totalizante” (WEFFORT, 1965, p. 47).

Já de início é possível perceber a existência de um diálogo entre Weffort e a interpretação feita por Ferreira (FERREIRA, 1960 e 1964) dos pleitos de 1954, 1958 e 1962 nos quais fenômenos sócio-eleitorais semelhantes apareceram. A novidade contida na análise de Weffort é a relação carismática entre candidato e eleitor ou o populismo. Tal como visto por Weffort, a peculiaridade de sua interpretação relacionado o populismo à negação de um termo que assumia apenas o significado de “superação de elementos racionais da estrutura social” como entendido pelo senso comum. O conteúdo do termo se diferenciaria pela existência, segundo Weffort, de conteúdo ideológico e de posição social nestas manifestações.

Para Weffort, dar novo sentido ao termo populismo é uma tentativa de compreender como a ideologia e a posição social se expressam nos bairros nos quais Jânio e Adhemar obtiveram suas maiores votações. O autor propôs a desmistificação de que não existiam distinções entre o “janismo” e o “adhemarismo” pelo fato de serem sumariamente categorizados como populistas – conforme argumentou o autor, a palavra carrega sentido léxico pejorativo do qual ele não compartilha, pois remete à despolitização e à incapacidade de compreensão da realidade política pelas classes mais baixas – mas também pelo fato de que o voto nestes candidatos populistas é forma das classes manifestarem seu descontentamento. E é neste ponto que reside, segundo o autor, o caráter político do fenômeno.

A consideração do populismo como situação de classe implica em também considerá-lo como uma forma na qual as massas idealizam a liderança, o poder do Estado, e estabelecem com ele uma conexão. As hipóteses mais amplas do autor para os dois casos dizem respeito ao “janismo” como expressão política dos setores assalariados (operários e classe média urbana); e o “adhemarismo” como a expressão política de setores pouco integrados ao desenvolvimento capitalista e urbano (pequenos proprietários e o *lumpen*).

A distinção entre as expectativas de quais meios (“urbano” ou “misto”) estes candidatos representavam esteve presente nos trabalhos de Ferreira (1960 e 1964), que também considerou a contribuição do trabalho de Simão (1956) em seus estudos. A

suspeita levantada por Weffort é que a distinção entre o conteúdo político e social dos dois fenômenos residia na observação das diferenças de penetração eleitoral dos dois candidatos. O autor também observou que a probabilidade da vitória de Jânio crescia conforme aumentava a importância da cidade enquanto núcleo urbano [11].

Enquanto nas áreas mais urbanizadas, onde Jânio recrutara a maior parte de seu eleitorado, havia, segundo Weffort, uma classe trabalhadora pequeno-burguesa assimilava as vicissitudes da urbanização; ao *lumpen* do meio rural e aos recém-chegados do campo na cidade era muito mais difícil se integrar à vida urbano-industrial. As hipóteses mais amplas do autor para os dois casos são as seguintes: o “janismo” expressaria politicamente setores assalariados (operários e classe média urbana) enquanto o “adhemarismo” expressaria politicamente setores pouco integrados ao desenvolvimento capitalista e urbano (pequenos proprietários e *lumpen*).

Para Weffort, a forma como cada uma dessas classes representava suas necessidades manifestou-se também na maneira como idealizaram suas lideranças. No entanto, para que pudesse existir distinção na imagem dessas lideranças, seria preciso que houvesse, nessas duas manifestações, um conteúdo que fosse passível de ser assimilado de modo distinto pelos eleitores. A especificidade do “janismo” das classes médias trabalhadoras é que o ressentimento que tinham com a sua situação social não se refletia na busca por um Estado que os protegesse - pensemos no Adhemar “pai dos pobres” - mas um Estado moralizado, que tivesse conteúdo anticorrupção - lembremos da “vassoura” de Jânio.

Ao dialogar criticamente com o marxismo nas suas conclusões sobre o “janismo”, Weffort apresentou a análise de Marx em *18 Brumário* [12] do campesinato francês e utilizou-a para fazer uma alusão às classes médias massificadas:

“[...] na medida em que [os setores janistas] não possuem tradições classistas [...], ou seja, enquanto aparecem como massa, - só encontram meios de expressar-se através do reconhecimento de um carisma, isto é, através da mais irracional forma de liderança política” (WEFFORT, 1965, p. 60).

É possível dizer que o diálogo entre as categorias “rural” e “urbano” e os fenômenos socio-políticos lapidados por Weffort estaria em seus conteúdos políticos e também nas distinções de comportamentos. O “janismo” e o “adhemarismo” não poderiam ser encarados como fenômenos iguais. A sua distinção estava não só no seu conteúdo político, mas nos ambientes que se manifestavam. O “janismo” era o comportamento das classes médias urbanas [com algumas especificidades, já destacadas no texto] e o “adhemarismo” mais identificado com o comportamento “rural”. Assim, estabeleceu diálogo com Aziz Simão, ao falar sobre o recorte rural-urbano do voto, mas também com Oliveiros Ferreira, ao sugerir que o voto paulista, mesmo quando dirigido a figuras populistas, não adquiriu característica de ser um voto de simpatizantes, mas um voto dotado de conteúdo político – que seria até um conteúdo de classe, como também sugerira Aziz Simão (1956).

O texto de Ferreira que está sob análise texto foi publicado em 1965, o que significa que o Golpe Militar de 1964 já tinha ocorrido. Pelos dos relatos da época, sabe-se ainda que as classes médias apoiaram amplamente o golpe. Há, na última passagem, uma menção à possível existência de um fator no comportamento político das classes médias que esteja associado ao apreço que teriam por um “poder ilimitado”.

Como não se pode afirmar categoricamente a existência de um componente autoritário associado ao voto das classes médias “janistas”, convém ainda não descartarmos essa hipótese.

O Comportamento Eleitoral pós-1970 e o surgimento de novas variáveis

Em “Partidos e deputados em São Paulo: O Voto e a Representação Política” (1975), Fernando Henrique Cardoso remonta a história do desenvolvimento político-partidário no Estado de São Paulo até o pré-golpe Militar de 1964, na tentativa de explicar o porquê da vitória do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) nas eleições de 1974 não ter sido tão surpreendente. Faz, então, o que nenhum dos autores que analisaram anteriormente o comportamento político em São Paulo fez: trouxe para o eixo central do debate o papel desempenhado pelos partidos políticos nessa dinâmica.

Os estudos disponíveis na época relatavam a política no Estado como uma disputa entre personalidades. De fato, apesar de existirem análises sobre o desempenho dos partidos políticos nas eleições de 1954, 1958 e 1962 que foram até discutidas aqui, as abordagens dão mais atenção ao papel de lideranças políticas nesse processo do que aos partidos.

A questão central é que no estado mais urbanizado da nação, não existiu partido que durante o regime democrático de 1945 conseguisse organizar a classe trabalhadora urbana. Segundo Cardoso, esse é o motivo principal pelo qual estivessem atuando livremente em “formas degradadas de representação” (CARDOSO, 1975, p. 47) como o populismo, o falso trabalhismo e o oportunismo. Este “contexto de marginalização dos setores ideológicos” (ibidem), teria resultado da fragmentação dos partidos aliada a fragmentação da própria estrutura social. Ademais, com a declaração de inconstitucionalidade do Partido Comunista em 1947, a classe operária perdeu sua referência de organização política.

Como outro fator importante, a fragilidade do PTB no estado e sua debilidade em fincar as raízes do trabalhismo getulista em solo paulista. O partido estava muito fragilizado. Disputas internas e o clientelismo oportunista de suas lideranças coibiram o desenvolvimento partidário da sigla. Nesse período, surgiram novas legendas que se aliavam, quando era conveniente, ao trabalhismo para arregimentar votos das massas, travando disputa direta pelas mesmas bases sociais.

Em 1º de abril de 1964, uma conspiração arquitetada pelos militares com apoio formal dos setores mais conservadores da sociedade toma os contornos de Golpe de Estado. Instala-se a Ditadura Militar no Brasil, e o primeiro presidente, escolhido por uma junta militar, foi o General Castello Branco. Uma característica particular do regime ditatorial brasileiro é que não rompeu totalmente a institucionalidade. Extinguiram-se todos os partidos políticos e a ditadura criou duas siglas artificiais - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - mas manteve eleições diretas para os cargos legislativos.

Fernando Henrique Cardoso argumenta que o bipartidarismo forçou a massa a escolher entre duas opções: ou mostrava seu alheamento ao sistema votando NULO/BRANCO, ou dava apoio ao partido de oposição, o MDB. Mas era compreensível que não manifestasse apoio ao partido de oposição; O MDB não simbolizava oposição. Assim, para explicar a nem tão surpreendente vitória do MDB em 1974, o autor resgata em parte o argumento de Weffort (1965) da associação de um conteúdo político de representação de classe ao voto.

A ditadura brasileira civil-militar ficou conhecida pela aceleração do processo de urbanização e do falseado crescimento econômico. E por isso mesmo, um período no qual as altas taxas de crescimento e de industrialização refletiram, inicialmente, de forma positiva no dia a dia da população mais vulnerável. Mas o início da década de 1970 foi o início do fim do milagre econômico: aumento nas taxas de juros, aumento dos preços dos alimentos, congelamento de salários e o próprio arroxo salarial, fizeram com que as manifestações de insatisfação com o regime começassem a ser mais frequentes e até mais aparentes.

Mas as vitórias acachapantes da ARENA nos pleitos de 1966 e 1970 deram ao regime a confiança e legitimidade de que precisavam para não precisarem alterar a estrutura eleitoral, mesmo com o advento da abertura “lenta, gradual e segura” prometida pelo General Ernesto Geisel. É possível que em 10 anos de ditadura, a derrota da ARENA para o MDB em 1974, pela primeira vez, tenha sido o maior revés público sofrido pelo regime.

Fernando Henrique Cardoso analisou sistematicamente alguns fatores essenciais na diferenciação do voto no MDB e na ARENA. É justamente nessa diferenciação que residia, segundo o autor, o importante componente de politização do voto e que é fundamental para explicar o resultado do MDB nas eleições em questão (CARDOSO, 1974). Assim, Cardoso tentou verificar se existiam de fato diferenças entre os deputados da ARENA e do MDB que pudessem justificar a escolha majoritária dos eleitores paulistas pelos candidatos oposicionistas.

Com relação às características dos deputados, em geral, verificou-se que o MDB abrigava mais deputados que tinham origem na classe média baixa e também aqueles vinculados a entidades de base e associações (religiosas, voluntariado, representantes de minorias sindicatos e associações de categorias profissionais etc.). Mesmo que o mecanismo de mobilização política desses deputados eleitos estivesse baseado em prestígio pessoal, não bastou apenas uma identificação pessoal sem identificação de interesses para que fossem eleitos.

Os políticos que não foram caçados quando da dissolução dos partidos com o Ato Institucional No. 1, puderam reingressar nas disputas políticas escolhendo a ARENA ou o MDB. Os trabalhistas se agregaram no MDB, os Udenistas e Progressistas do PSP agregaram-se na ARENA. Mas, de forma geral, o MDB era mais heterogêneo do que seu opositor.

Como a mobilização das massas ocorreu nas bases do oposicionismo, o oposicionismo funcionou como preditor do voto. Nesse sentido, mesmo que houvesse identificação do voto, se não havia o compartilhamento do valor “oposicionismo”, provavelmente não era estabelecida relação de representatividade. E isso, de certa maneira, cristalizou-se nos mecanismos do eleitorado de diferenciação dos deputados emedebistas.

Fernando Henrique Cardoso fez também um balanço do desenvolvimento do sistema partidário-eleitoral em São Paulo e lançou apontamentos sobre seu desenvolvimento, e, mais especificamente sobre o futuro do MDB. Para o sociólogo, existiam chances de o MDB fazer a passagem de legenda a partido, mas, para tal, precisaria seguir certo caminho. O que quer dizer com isso é que para virar partido, precisa passar a representar estavelmente o interesse político de suas bases. O autor não descartava essa possibilidade, com tom até otimista, mas destaca alguns desafios que o MDB teria para conseguir cumprir essa passagem com sucesso.

Para virar partido, e mais especificamente um partido que consiga angariar base social na massa popular que está voltando a atuar politicamente, o MDB precisaria aumentar participação popular em seus quadros, fazer trabalho de base, atualizar perspectiva e conteúdo oposicionista constantemente e elevar o grau de democracia interna.

Por fim, Cardoso fez um alerta à possibilidade de complicação da cena estadual pela fragmentação interna dos partidos – são muitos interesses aglutinados em apenas duas siglas (CARDOSO, 1975, p. 74) - e ao ressurgimento de figuras “adormecidas” (vide: Jânio Quadros) que poderiam influir no controle da bancada estadual, complicando a cena para a legenda e até desconstruindo o status de oposição ao regime que o MDB conquistou.

Desde a análise de Fernando Henrique Cardoso até o trabalho de Limongi (1994), houve três eleições diretas para governador do estado, e duas delas ainda sob o regime ditatorial. A ausência de estudos que abordaram este período mostra que há uma grande lacuna na produção bibliográfica, principalmente no campo da Ciência Política. É bem verdade, contudo, que neste mesmo íterim – fim da década de 1970 e início da década de 1990 – brotaram inúmeros trabalhos sobre as eleições na *capital* do Estado de São Paulo, que utilizaram diferentes abordagens das que vinham sendo feitas até então. Os novos trabalhos incluíam análises quantitativas mais sofisticadas (i.e. LAMOUNIER, 1986), mas também trabalhos qualitativos de extrema importância para a compreensão de certo nicho do eleitorado (i.e. PIERUCCI, 1987, PIERUCCI e LIMA 1991 e 1993).

Em 1994, em um relatório de atividades para a FAPESP, Fernando Limongi trabalhou com o tema da estabilidade eleitoral em São Paulo, no período de 1989 a 1994. O principal argumento do autor referia-se às recentes eleições poderem ser explicadas com base na suposição de que o eleitor se manteria fiel a certo campo ideológico ao longo do tempo. De isso, deriva uma segunda tese, que diz respeito ao padrão do comportamento eleitoral dos indivíduos, entendido pelo autor como dado pelo posicionamento ideológico dos eleitores e candidatos e das acomodações e ajustes entre estas partes.

Segundo Limongi, os dados obtidos por meio da aplicação de um *survey* em todo o Estado de São Paulo mostraram a existência de uma estrutura ideológica no eleitorado paulista. O que o autor conseguiu verificar é que a escolha dos candidatos feita pelos eleitores se movimentou de acordo com as opções de candidaturas que apareceram, e, na maioria das vezes, inclinaram-se à direita.

Conclusão

Ao fazer a análise da bibliografia que aborda o tema do *Comportamento Eleitoral no Estado de São Paulo e os preditores do voto paulista* conseguimos extrair algumas questões. A primeira delas diz respeito à própria limitação dessa bibliografia existente, uma vez que aborda as eleições desde o fim da década de 40 até o início dos anos 90. Desde então, nada de relevante foi escrito sobre o tema. Outra questão que podemos ressaltar são as variáveis de análise que a bibliografia identificou/utilizou.

Enquanto as obras mais antigas pensavam sobre a influência da transformação do meio rural e o processo de urbanização no estado – que então já era o mais industrializado do país - e de como essas transformações poderiam influenciar o voto do eleitor paulista, Weffort (1962) e Cardoso (1975) trabalharam o componente de classe na análise do comportamento eleitoral e Limongi (1994), duas décadas depois, identificou a relevância da identificação partidária na análise uma vez verificando que o

eleitorado paulista fazia suas escolhas de forma coerente a certa estrutura, na qual os eleitores que se reconhecem como “de direita” votaram em candidatos de partidos da direita, e eleitores que se reconhecem como “de esquerda” votaram em candidatos à esquerda, chamada pelo autor de estrutura ideológica.

O estudo do comportamento eleitoral paulista, até então, também imprimiu esforços na tentativa de sinalizar a relevância do componente socioeconômico no comportamento eleitoral, em meio ao processo de desenvolvimento econômico e industrial das terras paulistas. As dimensões do comportamento eleitoral expostas nos trabalhos revisados buscaram algo além de apenas explicar como os eleitores paulistas votam. Tais ensaios propuseram-se a entender mais profundamente os processos sociais e políticos que se desenvolviam tendo como palco o estado de São Paulo e, assim, conjecturar sobre como essas questões refletiam no comportamento eleitoral e vice-versa.

Desde a última obra relevante sobre o tema, ocorreram cinco eleições para governador do Estado de São Paulo. Em todas essas, os candidatos da esquerda nunca obtiveram sucesso e, algumas vezes nem foram ao segundo turno. Outra característica importante desse período eleitoral de quase duas décadas é que um mesmo partido saiu vitorioso em todos os pleitos. O Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) teve 3 candidatos diferentes nas últimas 5 eleições e, por duas vezes (2006 e 2010), venceu as eleições para governador ainda no primeiro turno.

As discussões pertinentes à análise das últimas duas décadas de eleições para Governador em São Paulo são diversas. É possível discutir a continuidade do PSDB no governo, a trajetória do PT, a polarização das eleições como algo mais recente, ou seja, construído historicamente neste intervalo de tempo 1994-2010, etc. Tais questões devem fazer parte de uma discussão mais ampla sobre o tema e deve ser futuramente desenvolvida pela Ciência Política. Assim, também buscamos esclarecer que há uma lacuna na produção da Ciência Política que ainda resta ser preenchida, que é o estudo das últimas eleições para governador que ocorreram no estado.

Notas Finais

[1] Dados do TSE disponíveis em <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>

[2] Inspirado em LEITE, Aureliano. **História da Civilização Paulista**. Editôra Livraria Martins. São Paulo, 1946, p.7.

[3] Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Departamento de Imprensa Nacional.

[4] Segundo Vasselai (2011) o “Estado de São Paulo foi a única unidade federativa em que, simultaneamente, os três grandes partidos [UDN, PSD e PTB] do Brasil [no período democrático 45-64] foram pouco significativos” (VASSELA, 2011). Para não perdermos o foco da questão, é necessário que nos questionemos sobre a atuação das elites paulistas (tanto a urbana em formação quanto a agrária em decadência), pois, se elas não estavam inseridas de forma mais profunda no quadro nacional, ou se eram *outsiders* na cena nacional, certamente estavam defendendo seus interesses na cena estadual.

[5] Em 1947, o PCB de Luis Carlos Prestes apoiou Adhemar de Barros como candidato a governo do Estado também na esperança de que, caso eleito, Adhemar firmasse seu

compromisso de defender a existência legal de todos os partidos (COTTA, 2008, p.57). Mesmo com a vitória de Adhemar, o PCB que se mostrara uma “uma segunda força, capaz, senão de vencer, pelo menos manter a competição” (BRANDÃO, 1997) bem como de organizar a classe operária paulista, foi declarado ilegal. O motivo declarado de sua cassação seria o fato de o PCB não ser um Partido nacional, mas um braço de um órgão internacional.

[6] Para consultar os números dos votos obtidos por Adhemar nas referidas eleições ver FERREIRA, 1960, p. 172.

[7] Segundo ele, “O ‘urbano’ [...] define-se muito mais em função do gênero de vida e da relativa abertura de suas estruturas às influências inovadoras que tanto vêm de fora, quanto são oriundas das transformações que se processam naqueles extratos da sociedade que Marx chamaria de ‘forças produtivas materiais’ e ‘estrutura social’” e o rural, é a antítese do urbano mesmo em sua ausência de pureza. (FERREIRA, 1960, p. 167).

[8] Sobre isso, ainda disse: “Esta cautela em não classificar os partidos em função dos setores da produção justifica-se também pela circunstância do processo de industrialização no Estado de São Paulo estar permitindo que a mentalidade urbana penetre, por um processo de difusão, em setores predominantemente rurais, ao mesmo tempo em que traços da mentalidade rural penetrem em setores caracteristicamente urbanos” (FERREIRA, 1960, p. 184). A decisão de usar os termos “misto” e “urbano” se dá pelo fato do autor ter averiguado que mesmo os partidos que obtém a maior parcela da sua votação na área rural também conquistaram relevante número de votos nas áreas mais urbanizadas. E, uma vez que decidiu adotar os critérios de menos ou mais industrialização para verificar o quão ‘rural’ ou o quão ‘urbanas’ eram certas áreas no Estado de São Paulo, é coerente com suas escolhas metodológicas que não fizesse diferente quando da categorização.

[9] Ao se referir ao PTN e ao PDC como partidos “dos níveis médios” se referia tanto à composição social dos quadros do partido quanto à dimensão na cena política. Na verdade, foram os partidos que mais se beneficiaram do movimento janista para alavancar seus votos, pois para Jânio foi de pouca valia ter estas legendas como referencia.

[10] O outro representante do movimento “janista” foi Carvalho Pinto que venceu as eleições para governador em 1958. Essa passagem da obra de Oliveiros Ferreira merece destaque, pois como será apresentado mais à frente nesta revisão bibliográfica, Francisco Weffort (1965) dialogaria com tais proposições, ao estudar essas manifestações sócio-políticas (o “janismo” e o “adhemarismo”) as quais chamou de populismo, bem como a penetração dessas manifestações em ambientes sociais específicos.

[11] A importância dos municípios enquanto núcleos urbanos relacionam-se ao “aumento no grau de concentração dos assalariados urbanos em geral, particularmente dos operários” (WEFFORT, 1965, p.50).

[12] O próprio Francisco Weffort (1965, p. 47) faz referência à análise de Marx sobre os camponeses franceses, contida na obra 18 Brumário, ao falar sobre a alusão entre massa e classe e o porquê das classes médias proletárias serem consideradas massas.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J. A. G, PEREIRA, C. A. B., org. **Tipologia do Voto Paulista**. São Paulo, Relatório FAPESP (Proc. FAPESP n. 94/1927-1928).

BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata. O Partido Comunista e o sistema partidário (1945/1964) In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 33, pg. 23–32,1997.

CARDOSO, F. H. “Partidos e deputados em São Paulo: O Voto e a Representação Política”. In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.45-75, 1975.

COTTA, L. C. V. **Adhemar de Barros (1901 – 1969): A Origem do “Rouba, Mas Faz”**. São Paulo: USP, 2008, 130p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Econômica, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Oliveiros S. Comportamento eleitoral em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 8, p. 162-228, 1960.

_____, Oliveiros S. A Crise de Poder no “Sistema” e as Eleições Paulistas de 1962. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 16, p.179-226, 1964.

LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente. In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p.45-75.

_____, Bolívar, "O voto em São Paulo, 1970-1978" In. LAMOUNIER, B. (org.) **Voto de Desconfiança**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980.

_____, Bolívar, org. **1985: O Voto em São Paulo**. São Paulo, IDESP, 1986.

LIMONGI, Fernando, FERREIRA, M. P.; SILVA, P. H.; FIGUEIREDO, A.. Partidos e distribuição espacial dos votos em São Paulo nos anos 90. In: **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 62, 2002.

LIPSET, Seymour M. **O Homem Político**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1967.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. In: **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n.19, p.26-45, 1987.

_____, A. F.; LIMA, M. C. A direita que flutua: O voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo. In: **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 29, p.10-27, 1991.

_____, A. F.; LIMA, M. C. São Paulo 92: A vitória da direita. In: **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 35, p. 91-99, 1993.

SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 1, p. 130-141, 1956.

VASSELAI, F. **A locomotiva silenciosa: O não predomínio da política paulista na democracia de 1945**. São Paulo: USP. 2011, 225p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

WEFFORT, F. C. Raízes Sociais do Populismo em São Paulo. In: **Revista Civilização Brasileira**, Ano 1, No. 2, maio de 1965.